



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro Estado de São Paulo

### LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.

2. A prova consistirá de 30 questões com cinco alternativas (A, B, C, D e E), das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Utilize somente caneta azul ou preta.

Ex.:

A	B	C	<b>D</b>	E
---	---	---	----------	---

3. O cartão resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.

4. Preencha seu nome, CPF e RG. **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINÁ-LO.**

5. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativas, a indisciplina, o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato.

6. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: celular, apostilas, pager, dicionário ou similares, bem como qualquer outro material de consulta.

7. Ao terminar, entregue ao chefe de sala a prova e o cartão resposta assinado, que é o único documento válido para correção.

8. Esta prova terá duração de 2 horas, com início às 9:00h e término às 10:00h.

9. Coloque os seus dados abaixo:

CPF	
RG	
Nome em letra de Forma	

Assinatura  
Junho/2019



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro

Estado de São Paulo

# QUESTÕES

1-) Assinale a alternativa correta:

Segundo o parágrafo único do artigo 4º do ECA, a garantia de prioridade compreende:

- A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- B) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- C) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- D) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- E) todas as alternativas estão corretas.

2-) São atribuições do Conselho Tutelar:

I. Delegar à autoridade policial ou administrativa competente, nos casos de ato infracional, a execução das medidas cabíveis.

II. Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 a 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos art. 101, I a VII do citado diploma legal.

III. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

- A) Só as proposições II, III e IV estão corretas.
- B) Só a proposição II está incorreta.
- C) Só a proposição III está correta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

3-) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.
- B) A perda e a suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente, em procedimento no qual se assegura o contraditório.
- C) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- D) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder.
- E) O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade competente (conselheiro tutelar) para a solução da divergência.

4-) Em relação as medidas socioeducativas analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais .

II. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

III. A medida de semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

IV. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, gravidade do ato infracional, prevenção geral, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

- A) Somente as proposições I, II e III estão corretas.



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro

### Estado de São Paulo

---

- B) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- E) Todas as proposições estão erradas.

5-) Fernanda, com idade para cursar a pré-escola, tem síndrome de Down e está fora da escola. A mãe deseja matriculá-la em escola especializada para crianças com deficiência, mas o município não dispõe de tal equipamento na rede pública, somente na rede particular. A solução mais adequada às regras e princípios previstos na legislação vigente:

- A) reclamar do município o cumprimento da regra constitucional de criação de escolas especializadas para crianças com deficiência em todas as etapas da educação básica, facultando-lhe a alternativa de, não havendo demanda suficiente, arcar com os custos de tal atendimento na rede privada.
- B) impor ao Município ou ao Estado (ente estadual), alternativamente, o dever de matricular a criança em suas redes regulares de ensino, contratando, se necessário com apoio financeiro da União, professor especializado em educação de crianças com Síndrome de Down para atender João e garantir a ele, o aporte educacional diferenciado a que faz jus.
- C) impor ao ente estadual a obrigação de atender a criança, já que, por força de lei, é dele o dever de criar classes especiais para criança e adolescentes com deficiência em sua rede de ensino.
- D) orientar a mãe de que o direito a vaga em escola especializada é restrito ao ensino fundamental e médio, devendo contentar-se, até que a criança complete 7 (sete) anos, com o atendimento pré-escolar em escola pública regular destinada a crianças sem deficiência.
- E) orientar a mãe a promover a matrícula da criança em pré-escola do município e aceitar a inclusão do filho em sala de aula, junto com crianças sem deficiência, zelando para que João, não obstante, receba atenção adequada às suas necessidades pedagógicas especiais.

6-) João tem 6 anos e Carlos, 16. Ambos são filhos de Teresa, usuária problemática de álcool e drogas e que se encontra longe do lar há várias semanas. A paternidade não foi declarada. Eles não têm contato com outros parentes e, com o sumiço da mãe, permaneceram morando em sua residência, desacompanhados de outros adultos. Contam com a ajuda de uma vizinha para auxiliá-los. Nenhum dos dois está frequentando escola, mas Carlos trabalha. Segundo as regras e princípios da legislação vigente,

- A) caso sejam acolhidos, deve o respectivo serviço de acolhimento, elaborar imediatamente o Plano Individual de Atendimento, que deve prever, entre outras providências, a preservação do vínculo dos irmãos com a vizinha, a busca pela genitora e seu encaminhamento para tratamento, além da procura por familiares extensos.
- B) caso a Justiça decrete a perda do poder familiar de Natália sobre os filhos, ainda que ela se recupere do quadro de dependência de drogas, eles não mais poderão voltar a viver em sua companhia.
- C) conhecido o caso pelas autoridades de proteção, tanto João quanto Carlos devem ser obrigatoriamente encaminhados a serviços de acolhimento institucional, desde que, no caso de Carlos, haja expressa anuência à medida, colhida em audiência judicial na presença do Promotor de Justiça.
- D) por se tratar de dois irmãos, com vínculo entre si, em nenhuma hipótese podem ser acolhidos em serviços distintos, nem é possível, sem que ambos concordem, o encaminhamento de João para adoção separadamente de Carlos.
- E) a vizinha, por não ser parente, não pode pleitear a guarda judicial dos irmãos, exceto se a genitora concordar com o pedido.

7-) Washington, adolescente com 14 (quatorze) anos, movido pelo desejo de ajudar seus genitores no sustento do núcleo familiar pobre, pretende iniciar atividade laborativa como ensacador de compras na pequena mercearia Tudo Tem, que funciona 24h, localizada em sua comunidade. Recentemente, esta foi pacificada pelas Forças de Segurança Nacional. Tendo como substrato a tutela do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, assinale a alternativa correta.



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro Estado de São Paulo

---

- A) Washington poderá ser contratado como ensacador de compras, mesmo não sendo tal atividade de aprendizagem, pois, como já possui 14 (quatorze) anos, tem discernimento suficiente para firmar o contrato de trabalho e, assim, prestar auxílio material aos seus pais, adotando a louvável atitude de preferir o trabalho às ruas.
- B) Como a comunidade onde reside Washington foi pacificada pelas forças de paz, não há falar em local perigoso ou insalubre para o menor; assim, poderá o adolescente exercer a carga horária laborativa no período das 22h às 24h, sem qualquer restrição legal, desde que procure outra atividade laborativa que seja de formação técnico-profissional.
- C) Washington não poderá trabalhar na mercearia como ensacador de compras, pois tal atividade não é enquadrada como de formação técnico-profissional; portanto, não se pode afirmar que o menor exercerá atividade laborativa na condição de aprendiz.
- D) Na condição de aprendiz, não é necessário que o adolescente goze de horário especial compatível com a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
- E) Washington poderá trabalhar no local, desde que seus horários sejam compatíveis com a frequência na escola e não haja evasão escolar do menor. Mesmo assim, Washington será dispensado das aulas de Educação Física.

8-) Um homem e sua esposa, ambos com vinte e quatro anos de idade, procuraram a DP para requererem a adoção de uma criança inserida no cadastro de adoção da comarca de Socorro. O casal estava devidamente inscrito no cadastro da comarca. Julgue os itens tendo como referência a situação hipotética apresentada acima.

- A) A adoção deve ser precedida de estágio de convivência entre adotando e adotante, não podendo o estágio ser dispensado.
- B) Só é permitido ao casal em questão adotar criança que tenha, no máximo, oito anos de idade.
- C) Caso seja deferida a guarda provisória da criança ao casal, os guardiões não podem inclui-la como beneficiária de seu sistema previdenciário, porque a guarda não confere à criança a condição de dependente dos guardiões.
- D) Caso seja iniciado o estágio de convivência com a criança durante a constância da sociedade conjugal, e sobrevivendo a separação judicial do casal, este não pode mais adotar conjuntamente essa criança.
- E) Se o casal em questão adotar uma criança, o processo de adoção atribuirá a condição de filho ao adotado, conferindo-lhe todos os direitos e deveres, com exceção dos direitos sucessórios.

9-) Dentre os critérios expressamente previstos no ECA a serem considerados na aplicação da medida socioeducativa, tem-se:

- A) as necessidades pedagógicas do adolescente, sua capacidade de cumprimento e a gravidade da infração.
- B) as circunstâncias da infração, o respaldo familiar do adolescente e sua capacidade de cumprimento.
- C) a gravidade e as circunstâncias da infração e a personalidade do adolescente.
- D) as circunstâncias da infração, o contexto social do adolescente e a necessidade imperiosa da medida.
- E) as necessidades pedagógicas, o respaldo familiar e a idade do adolescente.

10-) A Criança poderá ser colocada em família substituta pela figura:

- A) da guarda, apenas;
- B) da guarda e da tutela;
- C) da guarda, tutela e adoção;
- D) da adoção, somente.
- E) da tutela somente.

11-) Analise as proposições abaixo e após assinale a alternativa correta.

I. Considera-se criança para efeitos do ECA a pessoa até 12(doze) anos de idade incompletos.

II. Adolescente, para efeitos do ECA, é a pessoa entre 13(treze) e 18(dezoito) anos de idade.

III. A redução da maioridade civil pela Lei nº 10.406/2002 impede a aplicação de medida socioeducativa a pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 21 anos (vinte e um) anos.



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro

### Estado de São Paulo

---

IV. A redução da maioridade civil pela Lei nº 10.406/2002 não implica na extinção da medida socioeducativa a pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 21 anos (vinte e um) anos, se o infrator atingiu os 18(dezoito) anos no curso do cumprimento da medida.

- A) somente as proposições I e IV estão corretas.
- B) somente as proposições I e II estão corretas.
- C) somente as proposições I e III estão corretas.
- D) somente as proposições II e IV estão corretas.
- E) somente a proposição II está correta.

12-) Antonio e Maria são pais de Ana, de 6 (seis) anos de idade. Após denúncia formalizada pela professora de Ana, o Conselho Tutelar intervém e requer judicialmente o afastamento de Antonio da moradia da família por considerá-lo autor de agressão. Segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz poderá conceder o afastamento cautelar do agressor em casos de:

- A) maus-tratos, opressão ou abuso sexual.
- B) ofensa verbal, ofensa física grave ou má administração dos bens dos filhos menores.
- C) ofensa física leve, ofensa verbal ou abuso sexual.
- D) ofensa física leve, abuso sexual ou má administração dos bens dos filhos menores.
- E) ofensa verbal, ofensa física levíssima ou má administração dos bens dos filhos menores.

13-) Considerando a criança e o adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento - na análise da questão do ato infracional, pode-se afirmar:

- I) A criança é irresponsável e inimputável penalmente.
  - II) O adolescente é responsável, mas não é imputável penalmente.
  - III) A criança é responsável e inimputável penalmente.
  - IV) O adolescente é responsável e é imputável penalmente.
- A) As opções I, II e IV estão corretas.
  - B) As opções I e IV estão corretas.
  - C) As opções I e II estão corretas.
  - D) As opções II e III estão corretas.
  - E) As opções II, III e IV estão corretas.

14-) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
  - II. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
  - III. Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.
  - IV. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- A) Apenas I, II e III.
  - B) Apenas I e III.
  - C) Apenas II e III.
  - D) Apenas I, II e IV.
  - E) I, II, III e IV.

15-) Em relação ao Conselho Tutelar, pode-se afirmar que:

- A) é órgão permanente e jurisdicional, encarregado pelo Poder Público de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro Estado de São Paulo

---

- B) em cada Município haverá, no máximo, dois Conselhos compostos de seis membros cada um, eleitos pela comunidade, para um mandato de dois anos.
- C) para a candidatura a membro, será exigida a idade mínima de dezoito anos, independentemente do Município de sua residência.
- D) é uma de suas atribuições, dentre outras, a de atender e aconselhar os pais ou responsável, encaminhando-os a tratamento psicológico ou psiquiátrico, quando necessário.
- E) as suas decisões podem ser revistas pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- 16-) As entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, somente poderão funcionar depois de proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, junto ao:
- A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- B) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D) Conselho Tutelar Municipal.
- E) Autoridade Policial local
- 17-) Assinale a alternativa correta.
- A) Compete à autoridade judiciária disciplinar e autorizar, mediante portaria, a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios e certames de beleza.
- B) Cabe ao Ministério Público, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.
- C) Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público.
- D) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a perda do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.
- E) O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, sobre o modo de revogar a medida.
- 18-) Sobre o acesso da criança e do adolescente à justiça, é correto afirmar que:
- A) a assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, por um assistente social ou pelo Ministério Público.
- B) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ainda que na hipótese de litigância de má-fé.
- C) é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- D) os menores de dezesseis anos serão assistidos, e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos, representados por seus pais ou pelo Promotor de Justiça.
- E) o adolescente a quem se atribua a prática de crime hediondo, na hipótese de não constituir advogado particular, poderá ser julgado sumariamente, sem defensor público.
- 19-) São diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente:
- A) serviços gerais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de crueldade e opressão.
- B) políticas e programas de assistência social, em caráter permanente, para todos.
- C) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro Estado de São Paulo

---

- D) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos e deveres.
- E) imobilização da opinião pública no sentido da dispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

20-) O Conselheiro Tutelar Eficaz, no desempenho de suas atribuições legais, precisa superar o senso comum e o comodismo burocrático, ocupando os novos espaços de ação social com criatividade e perseverança. Para ser um conselheiro tutelar eficaz deve incorporar em suas ações o compromisso com o bom resultado de seu trabalho e para isto é necessário: Analise a resposta e marque a opção correta:

I) O conselheiro tutelar deve ser um construtor, um organizador, um persuasor permanente, com ações que combatam os pequenos atos malfeitos, improvisados, impensados e de horizonte curto. E, principalmente, com um trabalho que incorpore: não adianta a luta intensa por novas estruturas organizacionais, sem a luta profunda por novos comportamentos.

II) Para facilitar o seu trabalho, o conselheiro tutelar deve estar sempre atento e desenvolver habilidades imprescindíveis de relacionamento com as pessoas; de convivência comunitária; de organização do trabalho.

III) Os desafios do Conselho Tutelar deve ser mais que: porta-voz de denúncias, testemunha de situações sociais críticas, funcionário de escritório. Saber entender e resolver problemas. Tornar-se uma referência comunitária segura e respeitada. Ajudar a criar um movimento compartilhado de ações sociais eficazes.

IV) O conselheiro tutelar deve zelar pelo cumprimento de direitos, garantir absoluta prioridade na efetivação de direitos, orientar a construção da política municipal de atendimento e ser parcial em suas decisões.

- A) Apenas a resposta I está incorreta.
- B) Apenas a resposta II e III estão incorretas.
- C) Apenas a resposta IV está incorreta.
- D) Todas as respostas estão incorretas.
- E) Todas as respostas estão corretas.

21-) Observe as questões abaixo quanto as tarefas executadas pelo conselho tutelar e assinale as atividades que não fazem parte de suas atribuições:

- A) Atende queixas, reclamações, reivindicações e solicitações feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos. Exerce as funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos.
- B) Aplica as medidas protetivas pertinentes a cada caso.
- C) Faz requisições de serviços necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso.
- D) Assiste diretamente às crianças, aos adolescentes e às suas famílias. Presta diretamente os serviços necessários à efetivação dos direitos da criança e do adolescente.
- E) Contribui para o planejamento e a formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias.

22-) A competência para atuação do Conselho Tutelar é definida:

- I. Pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II. Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável;
- III. Pela estrutura física do Conselho Tutelar;
- IV. Por portaria expedida pela autoridade judiciária;
- V. Pela lei municipal que criou o Conselho Tutelar.

- A) As opções I e II estão corretas;
- B) As opções I e IV estão corretas;
- C) As opções III e IV estão corretas;
- D) As opções I e V estão corretas;
- E) Todas as alternativas estão corretas.



## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro

### Estado de São Paulo

---

- 23-) Qual das ações abaixo não compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
- A) cumprir as normas preceituadas na Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
  - B) formular a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, abrangendo toda a Administração Municipal, conforme determinação do artigo 2º da Lei, fixando prioridades para a execução das ações, assim como avaliando e controlando seus resultados;
  - C) zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;
  - D) deliberar sobre as formulações das políticas sociais básicas, podendo estabelecer as prioridades a serem incluídas no planejamento da Administração Municipal, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida e atenção às crianças e adolescentes;
  - E) investigar, fiscalizar e punir as iniciativas que envolvam crianças e adolescentes e possam afetar seus direitos;
- 24-) Sobre o CMDCA, perderá o mandato o conselheiro que:
- A) faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no mesmo mandato;
  - B) for condenado por sentença irrecurável por crime doloso ou culposo ou contravenção penal;
  - C) candidatar-se ou assumir cargo eletivo;
  - D) tiver comprovada conduta incompatível com as funções de conselheiro.
  - E) assumir cargo na estrutura da Prefeitura Municipal.
- 25-) Qual dos órgãos abaixo relacionados não faz parte da estrutura administrativa do Conselho Tutelar de Socorro:
- A) Colegiado
  - B) Tesouraria
  - C) Coordenação
  - D) Plenário
  - E) Conselheiro
- 26-) Segundo o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Socorro, a fiscalização de entidades de atendimento obedecerá o previsto na Lei nº 8.069/90 e:
- A) será realizada pelo Coordenador que poderá convocar, para isso, um representante do CMDCA em sua diligência.
  - B) será realizada por, no mínimo, dois conselheiros, que deverão apresentar ao Colegiado um relatório da situação.
  - C) será realizada pelo Colegiado, que deverá comunicar ao Ministério Público as informações verificadas na fiscalização.
  - D) impreterivelmente, será realizada pelo Coordenador, que poderá requisitar técnicos para acompanhar a diligência.
  - E) será realizada por Conselheiro designado pelo Coordenador, que trará relatório a ser verificado pela Plenária do Conselho.
- 27-) Correspondem, respectivamente, aos elementos placa de som, editor de texto, modem, editor de planilha e navegador de internet:
- A) software, software, hardware, software e hardware.
  - B) hardware, software, software, software e hardware.
  - C) hardware, software, hardware, hardware e software.
  - D) software, hardware, hardware, software e software.
  - E) hardware, software, hardware, software e software.
- 28-) Durante a operação de um computador, caso ocorra interrupção do fornecimento de energia elétrica e o computador seja desligado, os dados em utilização que serão perdidos estão armazenados
- A) no disco rígido e memória RAM.
  - B) em dispositivos removidos com segurança.





## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Socorro

### Estado de São Paulo

---

- C) no disco rígido.
- D) na memória RAM.
- E) no disco rígido decorrentes de atividades dos programas que estavam em execução.

29-) Para que o computador de uma residência possa se conectar à Internet, utilizando a rede telefônica fixa, é indispensável o uso de um hardware chamado:

- A) hub.
- B) modem.
- C) access point.
- D) adaptador 3G.
- E) switch.

30-) Periféricos mistos ou de entrada/saída são os que recebem e/ou enviam informações do equipamento para o computador. São exemplos destes tipos de periféricos:

- A) monitor, impressora e joystick.
- B) digitalizador e mouse.
- C) modem, monitor touchscreen e drive de DVD.
- D) teclado, digitalizador e caixa de som.
- E) impressora, teclado e modem.